

MENSAGEM Nº 579

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Haxemita da Jordânia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de novembro de 2022.

Brasília, 3 de Novembro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 601/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 08 de novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Haxemita da Jordânia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 08/11/2022, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado:



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3732762** e o código CRC **9DEA6528** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008826/2022-21

SUPER nº 3732762

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO

CPF: 636.713.107-82

ID: 9610 MRE

1961 Filho de Armando Fagundes do Nascimento e de Hilda Caputo do Nascimento, nasce em 18 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1985 Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

1986 CPCD - IRBr

1995 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) - IRBr

2007 Curso de Altos Estudos (CAE) - IRBr

Cargos:

1989 Terceiro-Secretário

1995 Segundo-Secretário

2001 Primeiro-Secretário, por merecimento

2006 Conselheiro, por merecimento

2011 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2020 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1990-91 Departamento Consular e Jurídico, assessor técnico

1991-94 Secretaria de Relações com o Congresso, Assistente

1993 Embaixada em Acra, Encarregado de Negócios, missão transitória

1994-97 Missão junto à Organização das Nações Unidas, Nova York, Terceiro e Segundo Secretário

1997-00 Consulado-Geral em Tóquio, Cônsul-Adjunto

2000-03 Divisão das Nações Unidas, subchefe

2003-06 Departamento de Organismos Internacionais, assessor técnico

2006-07 Divisão da Organização dos Estados Americanos, chefe

2007-11 Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica, Viena, Conselheiro

2011-12 Embaixada em Montevideú, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2012-17 Coordenação-Geral das Comissões Demarcadoras de Limites, chefe

2017-20 Departamento do México, Canadá, América Central e Caribe, diretor

2020- Departamento de Europa, diretor

Condecorações:

2012 Medalha Amigo da Marinha, Brasil

2012 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador

2014 Ordem do Mérito Cartográfico, Brasil, Comendador

2014 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil

2018 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

Publicações:

2010 "Uma Perspectiva sobre a Privatização do Emprego da Força por Atores Não-Estatais no Âmbito Multilateral", FUNAG, Brasília.

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE PRÓXIMO

REINO HAXEMITA DA JORDÂNIA



MAÇO BÁSICO OSTENSIVO
Outubro de 2022

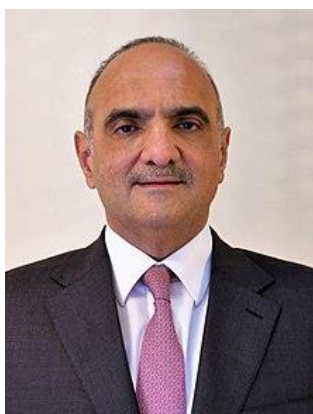
ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
DADOS BÁSICOS	4
INTRODUÇÃO	5
POLÍTICA INTERNA.....	5
POLÍTICA EXTERNA	8
ECONOMIA	10
RELAÇÕES BILATERAIS	11
RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS	15
COMUNIDADE BRASILEIRA	18
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	19
ACORDOS ENTRE BRASIL E JORDÂNIA	20

PERFIS BIOGRÁFICOS



Rei Abdullah II (Amã, 1962): Frequentou o Islamic Educational College (Jordânia), a Oxford University (Reino Unido), a Royal Military Academy Sandhurst (Reino Unido), o Curso Avançado de Oficiais de Cavalaria em Fort Knox (EUA) e a School of Foreign Service da Georgetown University (EUA). Ascendeu ao trono em 1999, após a morte de seu pai, o rei Hussein. Considerado um progressista, implementou reformas políticas e econômicas. No campo internacional, tem atuado com empenho nas negociações de paz no Oriente Médio. Acompanhado de sua esposa de origem palestina, a rainha Rania, realizou visita oficial ao Brasil em 2008. Em junho/julho de 2015, esteve em férias na região amazônica.



Primeiro-ministro e ministro da Defesa, Bisher Khasawneh (1969): É formado em Direito pela Universidade da Jordânia e tem mestrados em Assuntos Internacionais, Diplomacia e Economia, pela Universidade de Londres, e Direito Internacional, pela London School of Economics and Political Science. Foi: vice-chanceler e ministro para Assuntos Legais durante o gabinete do ex-PM Hani Mulki (junho de 2014 a junho de 2016). Diplomata de carreira, serviu como embaixador jordaniano no Egito e na França.



Ministro dos Negócios Estrangeiros e Expatriados, Ayman Safadi (Zarqa, 1962): Licenciado em literatura inglesa pela Universidade Yarmouk (Jordânia) e mestre em jornalismo internacional pela *Baylor University* (EUA). Foi editor e colunista em diversos jornais, incluindo o *Jordan Times* (editor-chefe) e *Al-Ghad*, no qual publicava coluna semanal até assumir o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Expatriados, em janeiro de 2017. Foi porta-voz da Missão de Assistência das Nações Unidas no Iraque (2004), diretor de comunicações da Corte Real Haxemita e secretário de imprensa do príncipe Hassan bin Talal. Entre 2008 e 2011, foi assessor do rei Abdullah II, vice-primeiro-ministro e porta-voz do governo. Foi membro do Senado, cujas Comissões de Justiça, de Relações Exteriores e de Comunicações integrou, tendo presidido a última (2016).

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino Haxemita da Jordânia
CAPITAL	Amã
ÁREA	89.341 km ²
POPULAÇÃO (Banco Mundial)	10,269 milhões
IDIOMAS	Árabe (oficial) e inglês
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara Alta e Câmara Baixa)
CHEFE DE ESTADO	Rei Abdullah II (desde 1999)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Bisher Khasawneh (desde outubro de 2020)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E EXPATRIADOS	Ayman Safadi
PIB NOMINAL (2021, Banco Mundial)	US\$ 42,24 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (2021)	2,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar jordaniano (JOP)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Maen Masadeh (desde 2021)
EMBAIXADOR EM AMÃ	Ruy Pacheco de Azevedo Amaral (desde 2019)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 2.000

INTRODUÇÃO

O Reino Haxemita da Jordânia é um país pequeno por sua área, por sua população, por seu PIB, mas, por sua notável estabilidade, pela estatura e moderação de seus líderes e por sua posição geográfica, cercado de conflitos de solução muito complexa, é um país incontornável para o encaminhamento da paz no Oriente Médio e um posto de observação política privilegiado. Oasis de paz e segurança, o país viu-se obrigado a acolher milhões de refugiados. É o segundo país do mundo com maior número de refugiados por habitante. Hoje, um em cada três de seus habitantes é refugiado, o que representa um fardo pesadíssimo para o Reino, que não o poderia suportar não fosse a importante ajuda que recebe dos EUA, da União Europeia e de muitos de seus estados membros e dos órgãos do sistema financeiro internacional.

POLÍTICA INTERNA

Em 1921, o emir do Hejaz (hoje a extremidade ocidental da Arábia Saudita), Abdullah bin Hussein, após ser expulso de seus domínios pela família Saud, foi nomeado emir da Transjordânia, área então administrada pelo Reino Unido como mandato da Liga das Nações. Com a independência em 1946, o emir foi coroado rei Abdullah I. Em 1955, o país adotou o nome atual de Reino Haxemita da Jordânia, após declarar que anexaria a Cisjordânia, hoje parte da Palestina. A segunda metade do século XX foi marcada pelo longo reinado do rei Hussein (1952-1999), período no qual se pode destacar a assinatura do acordo de paz com Israel, em 1994. O rei Abdullah II ascendeu ao trono em 1999.

O país teve quatro primeiros-ministros nos últimos dez anos: Abdullah Nsour (outubro de 2012 a maio de 2016), Hani Al-Mulki (junho de 2016 a junho 2018), Omar Razzaz (junho de 2018 a outubro de 2022), e o atual Bisher Khasawneh, desde outubro de 2022.

O Poder Legislativo é bicameral, composto da Câmara dos Representantes (baixa) e do Senado ("Casa dos Notáveis", Câmara alta), ambas com mandatos de 4 anos. A Câmara dos Representantes conta com 130 membros eleitos por sufrágio universal (15 cadeiras são reservadas às mulheres e 9 aos cristãos); e o Senado, com 65 membros, todos designados pelo rei, que tem ademais a prerrogativa de nomear os membros da Corte Constitucional e o presidente do Alto Conselho Jurídico. De acordo com a Constituição, a Câmara Alta não pode ter mais da metade da quantidade de membros da Câmara Baixa.

Modernização política

Desde 2019, vem sendo implementada iniciativa do Rei Abdullah II de nomear Comitê Real para a Modernização do Sistema Político, composto por 92 "cidadãos notáveis", que passaram meses debruçados sobre propostas para aprimorar o sistema político do

país. Segundo o monarca "era necessário revisitar as leis que regulam a vida política nacional, como as eleições, partidos políticos e administração local e edificar um sistema político no qual a representação parlamentar seja mais inclusiva".

Alteração digna de nota é a nova redação do segundo capítulo da Carta Magna, que substitui a menção a "direitos e deveres dos jordanianos" por "direitos e deveres de homens e mulheres jordanianos". É aguardada, ainda, a segunda parte das reformas: nova lei eleitoral e de estrutura partidária - ainda sob exame do parlamento.

Na Jordânia, os protestos que caracterizaram a chamada Primavera Árabe, em 2011, evoluíram rapidamente de movimento contra a carestia para demonstrações pela democratização. Desde o início das manifestações, contudo, o rei Abdullah II, amparado na estabilidade da monarquia, cuja existência não foi seriamente questionada, logrou manter o controle e o tom das reformas, ao circunscrever as críticas e os protestos ao governo numa moldura de diálogo político controlado. Na *Carta da Integridade Nacional*, documento de dezembro de 2013, o monarca comprometeu-se com a modernização do país, especialmente com a transparência administrativa, com o combate à corrupção e com o aperfeiçoamento da administração e dos serviços públicos.

No âmbito do processo de reformas, o parlamento logrou aprovar, em 2016, pacote que incluiu a Lei de Partidos Políticos, a Lei de Descentralização, a Lei de Municipalidades, a Lei Eleitoral, a formação de uma comissão eleitoral independente e o estabelecimento de Corte Constitucional. Pelo novo modelo, os eleitores passam a depositar um número de votos correspondente à quantidade de assentos alocados para seu respectivo distrito. O texto aprovado reduziu o número de assentos na Câmara Baixa de 150 para 130.

Por outro lado, também em 2016, foi aprovada emenda que conferia ao rei a faculdade de "exercer individualmente seus poderes" para nomeação de príncipe-herdeiro, regente, membros e presidente do Senado, membros da Corte Constitucional, presidente do Alto Conselho Jurídico, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e diretores dos Departamentos de Inteligência e de Polícia. Até então, essas indicações necessitavam ser formalmente referendadas pelo primeiro-ministro e por um membro do Gabinete.

Combate ao terrorismo

A temática da segurança e do combate ao terrorismo tem sido preocupação constante da Jordânia, que se vê pressionada pelos desafios de administrar prolongados conflitos em três fronteiras, um substancial contingente de refugiados a serem providos e uma importante militância extremista autóctone. Em vista disso, o monarca tem interesse em ser protagonista em temas de combate ao terrorismo e tem sido aberto à cooperação em temas de segurança, defesa e inteligência com outros países.

O temor de infiltração extremista estava por trás da recusa jordaniana em abrir suas fronteiras aos refugiados que, desde o final de 2015, passaram a acumular-se no lado sírio do posto fronteiriço de Rukban.

Nesse contexto, a participação mais ativa da Jordânia no processo de negociação do cessar-fogo em Astana, bem como nas negociações de Genebra, pode ser considerada um imperativo estratégico para o país. O Reino participa, ainda, de coalizão antiterrorista, servindo como base militar (para belgas e holandeses, por exemplo) e entreposto logístico, realizando bombardeios e mantendo coordenação militar na Síria e no Iraque, na tentativa de manter os grupos extremistas e as tropas iranianas e do Hezbollah o mais distante possível de sua fronteira.

Alteração legislativa igualmente relevante foi a aprovação pelo parlamento, em julho de 2017, de emenda ao Código Penal expandindo a definição de terrorismo. O texto define como terroristas quaisquer ameaças e atos intencionais, coletivos ou individuais, ou mesmo a abstenção de ação, independente de seus motivos ou objetivos, que possam colocar em perigo a sociedade e ameaçar a estabilidade ou os recursos naturais do país.

Em 10/8/2018, ocorreu ataque terrorista em Fuheis. Os terroristas, que seriam filiados ao autodenominado "Estado Islâmico", foram confrontados em Salt, no dia seguinte, sendo alguns mortos e outros, detidos. As baixas entre policiais, nos dois incidentes, alcançaram cinco vítimas fatais e 22 feridos.

Temas humanitários

A Jordânia é o segundo maior país acolhedor de refugiados per capita do mundo, tendo sido qualificado como “país modelo” pela ONU por sua política de acolhimento de refugiados sírios. Com uma população que beira os 11 milhões de habitantes, estima-se que vivam quase 4 milhões de refugiados no país, entre os quais mais de 2,2 milhões de palestinos, cerca de 1,3 milhão de sírios (673 mil registrados pelo ACNUR) e algumas centenas de milhares de indivíduos de outras nacionalidades (iraquianos, iemenitas, somalis, entre outros). Essa súbita explosão demográfica nos últimos anos, sobretudo no que se refere aos sírios, produziu uma pressão imensa sobre a infraestrutura do Reino, especialmente no acesso à água e energia elétrica. Desde 2016, o Reino fechou as portas a novos ingressos.

Cerca de 80% desse imenso contingente vive espalhado pelo país. Nos campos de refugiados, permanece a parcela mais vulnerável, instalada em terrenos cedidos pelo Estado para que neles edifiquem suas casas. Não estão sujeitos a qualquer limitação de movimento, mas só são autorizados, como os demais estrangeiros, a exercer um limitado número de atividades profissionais.

Sem uma solução política duradoura para a crise na Síria, a Jordânia, assim como os países vizinhos, segue pressionada para prover serviços e bens essenciais a essa

população. O governo tem ressaltado que os esforços financeiros para acolher 1,3 milhão de refugiados sírios têm recebido apoio internacional muito aquém do esperado.

O caso dos refugiados palestinos na Jordânia é excepcional, pois mais de 70% dos 2,2 milhões que vivem no país têm cidadania jordaniana, tendo-se em conta que a Cisjordânia foi, entre 1948 e 1967, parte da Jordânia. O governo atribui, assim, a mais alta prioridade à manutenção das atividades da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA). Preocupam o subfinanciamento da agência e a redução considerável do apoio dos países doadores.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa jordaniana, de perfil equilibrado, representa importante força moderadora no Oriente Médio. O país é peça-chave no encaminhamento do processo de paz entre Israel e Palestina. Em 1994, Jordânia e Israel assinaram o Tratado de Paz de Wadi Araba, que normalizou as relações entre os dois países e reconheceu ser o Rei da Jordânia responsável pela custódia dos lugares santos cristãos e muçulmanos de Jerusalém. Parte da legitimidade política da Casa Real Haxemita deriva de seu papel de guardião dos sítios sacros muçulmanos em Jerusalém. O rei Abdullah II tornou-se um dos principais facilitadores entre israelenses e palestinos e tem reiterado que a solução da questão Palestina, com base no consenso da ONU, é o objetivo principal da política externa jordaniana.

Aliada tradicional dos Estados Unidos, a Jordânia buscou desde o início de 2021 reverter um certo distanciamento de Washington que caracterizou o período da administração Trump. O Rei da Jordânia passou três anos sem reunir-se com o Presidente dos EUA, fato sem precedentes na história recente dos dois países.

No plano regional, o Reino continua a manter relações privilegiadas com o Egito, Arábia Saudita e países do Golfo e tem, juntamente com o Egito, buscado impulsionar um mecanismo trilateral com o Iraque, como forma de oferecer àquele país opção a seu relacionamento com o Irã, país com o qual a Jordânia mantém um diálogo frio e distante. As relações com a Síria - próximas do rompimento ao logo dos últimos dez anos - experimentaram processo de distensão recente, especialmente desde que Abdullah II, durante sua visita a Washington, em julho de 2021 declarou à imprensa que "Assad e seu Governo permanecerão na Síria por um longo período, razão pela qual diálogo e coordenação são doravante necessários". Desde então, tem crescido o número de visitas ministeriais e de iniciativas para promover o intercâmbio comercial. A Jordânia, ademais, passou a defender a reintegração da Síria na Liga dos Estados Árabes. A crise ucraniana trouxe novas complexidades à diplomacia jordaniana, pois se por um lado deve levar em conta sua relação próxima com Washington, por outro, não pode prescindir de um diálogo fluido com Moscou em função dos desdobramentos da crise na Síria, cuja fronteira está a 85 km de Amã. O Reino já expressou sua

preocupação com a diminuição da presença russa no sul da Síria, que a seus olhos impactaria negativamente a segurança regional, pois o vácuo decorrente seria inevitavelmente preenchido por potências regionais.

Hoje uma das grandes preocupações do país é o tráfico de "Captagon" - metanfetamina conhecida como "Jihad drug", por ser produzida em redutos extremistas - proveniente da Síria com destino sobretudo à Arábia Saudita e países do Golfo. O tráfico é difícil de ser erradicado numa fronteira porosa de 370 km, não demarcada, em sua maior parte, que tribos beduínas cruzam sem nenhum respeito ou mesmo conhecimento da cartografia moderna. O diálogo com Israel que havia chegado ao ponto mais baixo desde a assinatura dos acordos de paz de Wadi Araba, de 1994, durante a administração Netanyahu, melhorou substancialmente com os governos de Bennett e Yair Lapid, tendo sido frequentes os encontros de alto nível.

Status Quo de Jerusalém

A manutenção do status de Jerusalém é questão central para a política externa jordaniana. A Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém Velha, é administrada por uma entidade muçulmana tutelar administrativa-religiosa, o Waqf, na qual o monarca jordaniano desempenha papel central.

A custódia dos locais sagrados é um ponto delicado para a Jordânia por razões que ultrapassam a questão simbólica. A Casa Real Haxemita deriva parte de sua legitimidade política de seu milenar papel de guardião dos sítios sacros muçulmanos em Jerusalém.

Após Israel ocupar Jerusalém Oriental em 1967, as lideranças do país hebreu decidiram manter a Esplanada Sagrada sob responsabilidade nominal do Waqf e preservar a centenária política pela qual apenas muçulmanos são autorizados a rezar na área.

A decisão do governo israelense estava em linha com a posição do Alto Rabinato de Israel, que, desde sua criação em 1921, afirmara que, por motivos religiosos, nenhum judeu deveria sequer subir ao Monte do Templo.

Ao longo do século passado e dos primeiros anos do atual, a convergência entre as posições das autoridades políticas e religiosas israelenses quanto ao tema levava a que o Muro das Lamentações - muro de contenção que delimita a Esplanada Sagrada, considerado a única estrutura remanescente no local da época do Templo judeu - passasse a ser visto, e frequentemente citado, como o "local mais sagrado" da religião judaica.

Em anos recentes, porém, grupos nacionalistas israelenses têm sido vocais ao "denunciar" o que seria "grave erro" de considerar o Muro das Lamentações como local mais sagrado da religião judaica. Esses grupos reivindicam o Monte do Templo como local mais sagrado do judaísmo.

Com isso, cresceram acentuadamente as pressões para que sejam levantadas as restrições que proíbem que judeus rezem na atual Esplanada Sagrada. Incidentes com a presença de grupos judeus rezando no local tornaram-se cada vez mais frequentes.

A Jordânia culpa o governo de Israel de permitir e facilitar a violação do "status quo" histórico. Israel, por sua vez, insiste que está comprometido com o "status quo" e não tem intenção de alterá-lo.

Em 1994, Jordânia e Israel assinaram o Acordo de Wadi Araba, que reconhece, em seu artigo 9º, ser a Jordânia responsável pela custódia dos lugares santos cristãos e muçulmanos. A Jordânia interpreta que a custódia conferida pelo acordo de paz estender-se-ia aos locais santos cristãos, posicionamento não amparado pelo texto do acordo e rejeitado pelo Vaticano. Trata-se do segundo tratado de paz entre Israel e um vizinho árabe (em 1979, Israel assinara tratado de paz com o Egito).

ECONOMIA

A economia jordaniana é uma das menores do Oriente Médio (US\$42,24 bilhões em 2021) e carece de recursos estratégicos, como água e fontes de energia. Numa região tão rica em combustíveis fósseis, a Jordânia importa 97% das suas necessidades energéticas, que custa ao país ao ano valor correspondente a 20% de seu PIB. As contas públicas são historicamente deficitárias e a economia interna apresenta dificuldades em absorver a mão de obra formada no país, o que ocasiona desemprego e emigração de trabalhadores. Ademais, as crises regionais têm tido impacto muito negativo sobre a economia jordaniana, que crescera a um ritmo médio de 6% entre 2000-2010, e a apenas 2,5% ao ano entre 2010 e 2019. Após uma contração de 1,6% em 2020, a economia, segundo o Banco Mundial, cresceu 2,2% em 2021, taxa que deverá ser mantida em 2022. Para 2023, há previsão de crescimento de 2,9%.

A inflação da Jordânia em 2022 deverá atingir o patamar de 3,8%, segundo dados do Banco Central, acelerando estimativas anteriores que projetavam uma taxa de 3,3%. É a maior inflação desde a "Primavera Árabe", em 2011 e 2012, quando chegou a 4,8%. A crise econômica mundial provocada pela pandemia, a ruptura das cadeias produtivas e a guerra na Ucrânia são apontadas como causas principais do aumento de preços no Reino.

A Jordânia é importadora líquida no mercado internacional, com déficits comerciais anuais que giram na casa dos US\$ 5-7 bilhões (12-18% do PIB, de US\$ 43 bilhões). Não obstante o aumento das exportações de fertilizantes, o primeiro trimestre de 2022 apresentou um crescimento de 20% no déficit comercial, que saltou de US\$ 1,9 bilhão para US\$ 2,3 bilhões em relação ao mesmo período de 2021. Tais números, em alguma medida, refletem a importação do aumento de custos dos parceiros, como os Estados Unidos, a Europa, o Brasil, entre outros, o que pressiona ainda mais os indicadores

inflacionários jordanianos. Por outro lado, o repique nos números do turismo, que chegaram a zero no auge da pandemia, e das remessas dos expatriados (aumento de 10% em relação a 2021) ajudam a amortizar os números da balança de pagamentos. As reservas internacionais do país giram em torno dos US\$ 18 bilhões, níveis muito confortáveis e suficientes para financiar as importações por até nove meses.

Segundo o Departamento de Estatística da Jordânia (DoS), de janeiro a novembro de 2021, as importações e as exportações jordanianas aumentaram 24% e 20%, respectivamente, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Com US\$ 19,5 bilhões em importações e US\$ 7,7 bilhões em exportações totais, o déficit da balança comercial jordaniana atingiu US\$ 11,8 bilhões, tendo aumentado 26,9% (US\$ 2,5 bilhões) em comparação com 2020, quando registrou US\$ 9,3 bilhões. Em 2021, os principais produtos jordanianos exportados foram: vestuário e seus acessórios (US\$ 1,68 bilhão - 21,8% das exportações); fertilizantes (US\$ 1,1 bilhão - 14,3%); potássio bruto (US\$ 629 milhões - 8,2%); produtos farmacêuticos (US\$ 517 milhões - 6,7%); fosfato bruto (US\$ 454 milhões - 5,9%); frutas e legumes (US\$ 426 milhões - 5,5%); e produtos químicos (US\$ 375 milhões - 4,9%).

Para o Banco Central, a estabilidade monetária é prioridade, tendo como âncora a paridade cambial à taxa fixa de JD 1,00 para US\$ 1,40 desde a década de 1990. Neste mês de junho, com olhos na inflação, mas também para mitigar pressões no sentido da desvalorização do dinar, a autoridade monetária jordaniana aumentou a taxa de juros em 0,5 pontos percentuais, para 3,75%, projetando o patamar de 5,75% para o indicador no fim de 2022. Além da atuação do Banco Central, o governo vem agindo para conter a inflação em diversos níveis. Diminuiu - e até eliminou, em alguns casos - os impostos de importação de produtos básicos e vem controlando estoques de bens estratégicos e socialmente sensíveis, como o trigo.

Insere-se também, nessa análise, a diminuição de 2,2% na taxa de desemprego, hoje em 22,8%. Embora concorra para aumentar a pressão inflacionária, é uma boa notícia sob a perspectiva macroeconômica, ajudando a reativar a economia após um pico de desemprego nos primeiros meses deste ano, quando chegou a 25%.

O Fundo Monetário Internacional, que vem implementando um plano plurianual de apoio à Jordânia, elogiou a condução econômica do país e as iniciativas de combate à fraude e à evasão fiscal, mas diante dos mencionados desafios internacionais reajustou, em seu último relatório, a estimativa de crescimento econômico para baixo, de 2,75% para 2,45% em 2022.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Jordânia foram formalizadas em 1959, com a abertura da legação brasileira em Amã. Em 1964, a legação brasileira em Beirute foi elevada à categoria de

embaixada e passou a ser cumulativamente responsável por representar o Brasil junto ao governo jordaniano. Em 1984, o Brasil abriu embaixada na capital jordaniana, e a Jordânia abriu sua embaixada em Brasília.

A Jordânia é parceiro importante para a atuação do Brasil no Oriente Médio. O país desempenha papel regional de destaque na busca de soluções políticas para os conflitos regionais, no combate ao terrorismo e no acolhimento de refugiados. Sempre houve fluidez de diálogo político entre os dois países.

Desde a década de 2000, iniciativas de aproximação ganharam novo impulso com troca de visitas de alto nível. Em outubro de 2008, o rei Abdullah II e a rainha Rania visitaram o Brasil e, em março de 2010, o presidente Lula visitou a Jordânia, na primeira viagem oficial de um chefe de estado brasileiro àquele país. Desde então, dois chanceleres visitaram Amã: Antônio Patriota, em 2012, e Aloysio Nunes, em 2018. Visitaram a Jordânia igualmente: o ministro da Defesa, Raul Jungmann, em 2017, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen, em 2018. Em dezembro de 2021 visitou a Jordânia o diretor geral da ABIN, Alexandre Ramagem, e em maio de 2022, acompanhado de numerosa delegação empresarial, o ministro da Agricultura, Marcos Montes, ocasião em que foram mantidos promissores entendimentos para o fornecimento de potássio e fosfato jordanianos ao Brasil.

Em 2015, o rei Abdullah II veio ao Acre, em viagem particular, e em agosto de 2016 o príncipe Faisal, irmão do monarca, visitou o Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Olímpicos.

Consultas políticas

Mecanismo de consultas políticas foi acordado em 2015. A primeira reunião teve lugar em outubro de 2016, em Amã, em nível de Secretário. A delegação brasileira foi chefiada, na ocasião, pelo então subsecretário-geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando Abreu. A parte jordaniana tem reiterado a expectativa de que o Brasil organize a segunda reunião de Consultas Políticas. Em julho de 2022 houve planos para realização de consultas políticas informais em Amã, em contexto de viagem do Secretário de Oriente Médio, Europa e África, mas o encontro acabou sendo adiado.

Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica

Na visita do então ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes, em março de 2018, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Jordânia. O instrumento, que permitirá a alocação de recursos financeiros para a implementação de projetos de cooperação bilateral em áreas consideradas prioritárias, como agropecuária, saúde, educação, formação profissional, entre outras, encontra-se em fase de ratificação. O Congresso Nacional brasileiro aprovou o texto do Acordo, por meio do Decreto Legislativo nº 127, de 13 de outubro de 2022, e o instrumento deverá ser ratificado em

breve pelo Brasil, restando, a partir de então, pendente a notificação de ratificação jordaniana para a sua entrada em vigor.

Muito embora o acordo venha a descortinar novos horizontes para a cooperação bilateral, sua ausência não tem impedido a participação jordaniana em iniciativas de cooperação voltada à capacitação promovidas pelo governo brasileiro. A título de exemplo, representante do Ministério do Planejamento e Cooperação Internacional jordaniano tomou parte do II Curso Internacional sobre Gestão de Cooperação Sul-Sul e Triangular/Trilateral, realizado em 2022 sob coordenação conjunta da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), com apoio institucional do Escritório para Cooperação Sul-Sul das Nações Unidas (UNOSSC). Prevê-se, igualmente, a participação de representante do "Audit Bureau" jordaniano no XXIV Congresso Internacional das Instituições Superiores de Controle (INCOSAI), presidido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a realizar-se em novembro de 2022.

Na área de cooperação científica e tecnológica é digna de nota a retomada da cooperação entre as equipes do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), em Campinas, São Paulo, e da unidade do SESAME, da Jordânia, em janeiro de 2021. Desde setembro de 2013, o Brasil é membro observador do SESAME.

Cooperação jurídica

Encontram-se em negociação entre Brasil e Jordânia acordos bilaterais na área jurídica sobre (i) extradição; (ii) cooperação jurídica em matéria civil; e (iii) transferência de pessoas condenadas.

Cooperação em Defesa

A cooperação em Defesa entre Brasil e Jordânia ainda é incipiente, mas apreciada no mais alto nível e conta com o envolvimento pessoal do monarca jordaniano. Trata-se de tema de interesse prioritário da liderança da Jordânia, cujo tratamento tem potencial para abrir canais de diálogo bilateral.

Jordânia e Brasil têm implementado iniciativas de aproximação no âmbito da segurança e da inteligência. Desde 2018, oficiais brasileiros das Forças Armadas e da Polícia Federal participam, na Jordânia, de curso com duração de um ano no "Joint Training Center" (JTC) no campo de inteligência militar e intercâmbio de experiências nas áreas de combate ao terrorismo.

Encontra-se em fase final de negociação Acordo de Cooperação no Campo da Defesa entre Brasil e Jordânia. Conforme acordado durante visita do então ministro da Defesa brasileiro em dezembro 2017, foi proposto pelo lado jordaniano, em julho de 2018, minuta de instrumento. Foram concluídos, pelo lado brasileiro, em 29/06/22, os

processos de revisão jurídica e formal do Acordo, e deve ser possível assiná-lo em breve.

Produtos de Defesa

A Jordânia é fortemente dependente de importações de produtos de defesa. Os gastos militares daquele país passaram de US\$ 2,03 bilhões, em 2020, para US\$ 2,08 bilhões, em 2021. O principal fornecedor jordaniano são os EUA, seguido por Países Baixos, Bélgica, Reino Unido. No caso dos EUA, a Jordânia recebe anualmente milhões de dólares na rubrica "Foreign Military Financing (FMF)" do orçamento do Departamento de Estado. Desde 1996 os Estados Unidos concederam à Jordânia o status de "Major Non-NATO Ally".

Embora fortemente dependente das importações de produtos de segurança e defesa, o governo jordaniano se esforça para impulsionar projetos de parceria por intermédio de joint-ventures com empresas internacionais, visando a produção local de ampla gama desses bens, desde alimentação e vestimentas militares, até drones e veículos blindados. A iniciativa é liderada pelo parque industrial Jordan Design and Development Bureau - JODDB, entidade no âmbito das Forças Armadas Jordanianas (JAF), que atua como centro de pesquisa e desenvolvimento militar, buscando fornecer soluções para as necessidades de produtos das JAF. Os negócios e a prospecção de parcerias do JODDB geralmente ocorrem durante a exposição bienal SOFEX ("Special Operations Forces Exhibition and Conference"), um dos principais eventos destinados exclusivamente a forças especiais no mundo.

Por ocasião de visita em dezembro de 2017, acompanhado por representantes de 11 empresas brasileiras e do presidente da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Material de Defesa e Segurança (ABIMDE), o então ministro da Defesa reuniu-se com o CEO da JODDB, que manifestou interesse no estabelecimento de parcerias com empresas brasileiras para desenvolvimento conjunto de veículo blindado sobre rodas.

A Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) está presente no mercado jordaniano, representada por empresa local e tendo como clientes a JAF e o Departamento de Segurança Pública. A Condor igualmente conta com representante local. A Mac Jee Indústrias de Defesa vem buscando acesso ao mercado jordaniano. A EMBRAER chegou a realizar reuniões preliminares para venda da aeronave KC-390, mas o avanço na negociação esbarrou em questões orçamentárias.

Cooperação em Inteligência

Tem se intensificado nos últimos anos a cooperação bilateral entre Brasil e Jordânia na área de segurança e inteligência, o que se demonstra pela manutenção na Embaixada do Brasil em Amã de um adido civil, da ABIN, desde 2017 e um adido policial, incorporado em 2022, que deverá focar o tema do terrorismo. São as únicas adidâncias tanto da ABIN quanto da Polícia Federal no Oriente Médio.

Desde 2018, a Jordânia oferece vagas para oficiais brasileiros no Joint Training Center (JTC). O JTC, instalado na base militar norte-americana de Zarqa, a 50 km de Amã, é uma iniciativa de inteligência multinacional liderada e financiada pelos Estados Unidos, criada em 2014, para o combate ao terrorismo e da qual participam oficiais de inteligência de 27 países. O Brasil é o único país latino-americano a participar; manteve, de 2018 a setembro de 2022, três oficiais militares e um agente da Polícia Federal. Desde setembro de 2022, mantém apenas o representante da PF.

Processo de Áqaba

Ao longo dos últimos três anos, a cooperação no âmbito do processo de Áqaba foi intensa. O mecanismo é uma iniciativa pessoal do Rei Abdullah II, lançada em 2015, e vem se consolidando como foro informal de articulação de "like minded countries" e empresas de alta tecnologia para promover a concertação de esforços na luta contra o terrorismo de forma global e holística e com base no princípio de que não poderá ser debelado apenas pela força das armas.

A participação brasileira teve início em 2017 quando o então DG-ABIN, Senhor Janer Tesch Alvarenga, e o diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Nelson Tabajara, compareceram a uma reunião do foro e foi retomada em dezembro de 2021 com a participação do então DG-ABIN, Alexandre Ramagem, em nova reunião. Na ocasião Abdullah II manifestou seu empenho em incorporar ao mecanismo a América Latina e o Caribe, "única região do mundo ainda alheia a ele", tendo o Brasil como intermediário nesse processo.

Em março de 2022, o coordenador-geral de Contraterrorismo da agência, Mario Fragoso, participou de nova reunião do mecanismo, ocasião em que Abdullah II reiterou seu empenho em incorporar a América Latina e o Caribe no processo por intermédio do Brasil. Em junho, os coordenadores do processo, à frente de delegação de 4 pessoas, visitaram o Brasil e, em viagem organizada pela agência brasileira, Argentina, Paraguai e Colômbia. Está prevista para 1º de dezembro a realização, em Áqaba, de reunião copresidida por Brasil e Jordânia, que terá como tema a América Latina.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

2021 foi um ano excepcional para o comércio bilateral, tendo registrado US\$ 424 milhões, o maior patamar da história. Foram US\$ 294 milhões em exportações brasileiras (crescimento de 20,6%) em relação ao ano anterior e US\$ 130 milhões em exportações jordanianas (crescimento de 140,4%). O Brasil costuma manter expressivos superávits comerciais com a Jordânia. O resultado das exportações brasileiras em 2021 foi o segundo melhor na série histórica, perdendo apenas para o ano de 2019, quando as vendas nacionais alcançaram o patamar de US\$ 331 milhões. É, no entanto, um

comércio pouco diversificado: seis produtos compõem 95% da pauta brasileira ao passo que 98% das exportações jordanianas são compostas por fertilizantes. Os principais produtos brasileiros exportados para a Jordânia foram em 2021 foram: (i) Carne de frango: 38%; (ii) Carne bovina: 26%; (iii) Milho: 13%; (iv) Café 8%; (iv) Pastas de madeira e celulose: 3,5%; e (v) Tabaco 2,3%.

Projeta-se que em 2022 o comércio voltará a bater recordes. Entre janeiro e setembro de 2022, as exportações brasileiras cresceram 51,6% em comparação com o mesmo período do ano passado, montando a US\$ 312 milhões; e as jordanianas tiveram acréscimo de 105,3%, atingindo US\$ 147, 2 milhões. São US\$ 459,7 milhões de comércio bilateral em 9 meses, mais que o total de 2021 que havia sido um recorde histórico.

As exportações jordanianas para o Brasil cresceram 1.600% nos últimos três anos, resultado da ampliação das vendas de potássio pela Arab Potash Company (APC), empresa monopolista na exploração do produto na Jordânia. Os números devem continuar em vigorosa expansão, uma vez que os entendimentos mantidos durante a visita a Amã do Ministro da Agricultura, Marcos Montes, em maio de 2022, indicam que as exportações da APC para o Brasil deverão passar das 150 mil toneladas exportadas em 2021 para 300 mil toneladas em 2022 e para 500 mil toneladas no ano seguinte.

Em 2023, entrarão em funcionamento dois novos compactadores, o que permitirá à APC exportar para o Brasil 1,2 milhão de toneladas/ano nos próximos anos. Durante sua visita, o Ministro Marcos Montes e comitiva mantiveram reuniões também com a Jordan Phosphate Mining Co, 2ª maior exportadora e 6ª maior produtora de fosfato do mundo, detentora de reservas do minério com alto grau de pureza (34%), que poderá se desdobrar não só em importantes contratos de fornecimento de fertilizantes ao Brasil, como também no estabelecimento de joint-ventures.

Em agosto de 2021 foi lançado em Amã o sistema de certificação digital entre a Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB), única entidade brasileira reconhecida pela Liga dos Estados Árabes como certificadora dos documentos de exportação brasileiros para os países árabes, e a Direção de Alfândegas deste país. Trata-se de um novo sistema totalmente digitalizado, que dá maior transparência, agilidade e segurança ao comércio bilateral. Como consequência do interesse do governo jordaniano em modernizar seu relacionamento comercial com o Brasil e diante da importância das commodities brasileiras para sua economia e segurança alimentar, a Jordânia tornou-se o primeiro país árabe a completar o desenvolvimento do sistema a vincular a CCAB e a Alfândega Local. Foi para a Jordânia uma experiência pioneira, que agora está buscando aplicar a seu comércio com outros países. No final de setembro de 2022, o Secretário-Geral da CCAB, Tamer Mansour, visitou Amã, acompanhado de três técnicos brasileiros, que vieram treinar funcionários da Alfândega Jordaniana. Cerca de 50% das exportações brasileiras para o Reino já estariam amparadas pela certificação digital.

Foi criada, em setembro de 2020, a Associação Empresarial Jordânica-Brasileira (AEJB), cujo lançamento realizado na Embaixada do Brasil em Amã contou com a presença do ministro da Indústria, Comércio e Abastecimento da Jordânia. Em coordenação com a Embaixada, a AEJB liderou grupo de 27 empresários e autoridades jordanianas à APAS-SHOW 2022, maior feira supermercadista das Américas, realizada em São Paulo, de 16 a 19 de maio de 2022. Diante do sucesso da iniciativa, com contratos e acordos firmados, a AEJB pretende participar do evento em 2023 com pavilhão próprio dedicado à Jordânia.

O setor privado - jordaniano e brasileiro – reagiu mal a acordo, formalizado por troca de notas no início de 2022, por iniciativa jordaniana, para exportações de aves brasileiras para o Reino, segundo o qual as aves alimentadas com farelo de ossos de ruminantes não mais seriam exportadas, o que encarecerá o produto em cerca de 20%. O acordo entraria em vigor em 31 de maio de 2022, mas, como resultado de gestões do ministro da Agricultura, Marcos Montes, durante sua visita em maio de 2022, que sugeriu a seu homólogo a reabertura das discussões sobre o tema, em virtude da reação negativa do setor privado, a Jordânia decidiu unilateralmente adiar para 31 de dezembro de 2022 a entrada em vigor da medida. Vale lembrar que a carne de frango responde por cerca de 40% da pauta exportadora do Brasil para o Reino e que o Brasil é origem de 80% do frango importado pela Jordânia.

No contexto das exportações brasileiras para a Jordânia, destaca-se a parceria estabelecida entre a Volkswagen Caminhões e Ônibus da Brasil com a empresa jordaniana IA – Integrated Automotive, que passará a comercializar veículos da marca na Jordânia, onde já chegaram os primeiros caminhões, e demais países do Oriente Médio.

Compra de aeronaves Embraer pela Royal Air Jordanian

Em novembro de 2021, a companhia aérea “Royal Jordanian” (RJ) iniciou processo para aquisição de 30 aeronaves, com vistas a renovar e ampliar sua frota, composta atualmente por 25 jatos, sendo 4 aeronaves Embraer (2 ERJ 175 e 2 ERJ 195), 14 Airbus e 7 Boeings.

Das 30 aeronaves a serem adquiridas, 11 teriam perfil de voo mais curto, modelo em que se encaixaria a classe de jatos de nova geração da Embraer, os E2-190 e os E2-195; as outras 19 seriam modelos maiores, para voos mais longos, visando uma presença maior no mercado europeu.

Em 6 de outubro de 2022, foi assinado contrato entre a Embraer e a Royal Air Jordanian envolvendo dez aeronaves de última geração E 190 E2 e E 195 E2, que passarão a ser entregues a partir de novembro/dezembro de 2023, numa transação que poderá atingir a casa dos US\$ 800 milhões.

Acordo de Livre Comércio Mercosul-Jordânia

O MERCOSUL e a Jordânia assinaram, em junho de 2008, Acordo-Quadro que prevê negociações para a criação de uma área de livre comércio entre o bloco e aquele país. Foram realizadas quatro rodadas negociadoras, a última em novembro de 2010, para discutir listas de ofertas e textos normativos do Acordo. Ainda que a negociação dos textos normativos estivesse em estágio avançado, não foi possível concluir o acordo e as negociações foram suspensas, naquele ano, em função de questões principais que impactariam os interesses do MERCOSUL.

COMUNIDADE BRASILEIRA

A comunidade brasileira na Jordânia é de cerca de 2 mil pessoas, em sua quase totalidade descendentes de emigrantes retornados, muitos dos quais não falam português. Nas eleições de outubro de 2022 inscreveram-se para votar 1.039 pessoas. Encontram-se presos na Jordânia, aguardando julgamento, um brasileiro e uma brasileira, detidos, no primeiro semestre de 2022, acusados de tráfico internacional de drogas, no Aeroporto Internacional de Amã.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1959	Abertura da legação do Brasil em Amã
1964	Legação brasileira em Beirute é elevada à categoria de embaixada e passa a ser cumulativamente responsável por representar o Brasil junto às autoridades jordanianas
1984	Abertura da embaixada do Brasil em Amã e abertura da embaixada da Jordânia em Brasília
1994	Chanceler Celso Amorim viaja à Jordânia para assistir à assinatura do Acordo de Paz com Israel
2003	Visita do chanceler Celso Amorim a Amã
2004	Encontro bilateral entre o chanceler Celso Amorim e o chanceler jordaniano Marwan Muasher à margem do Fórum Econômico Mundial do Mar Morto
2005	Visita do príncipe Ali Bin Al-Hussein ao Brasil, representando o rei Abdullah II na I Cúpula América do Sul–Países Árabes (ASPA)
2005	Visita do chanceler Celso Amorim a Amã
2006	Visita do príncipe Hassan Bin Talal ao Brasil
2008	Visita do chanceler Celso Amorim a Amã
2008	Visita do chanceler Salaheddin al Bashir a Brasília
2008	Visita do rei Abdullah II e da rainha Rania ao Brasil (São Paulo e Brasília)
2009	Visita do chanceler Celso Amorim a Amã
2010	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Jordânia
2012	Encontro da presidente Dilma Rousseff com o rei Abdullah II, à margem da III Cúpula América do Sul–Países Árabes (ASPA), em Lima
2012	Visita do chanceler Antonio de Aguiar Patriota à Jordânia
2016	Visita ao Brasil do príncipe Faisal, por ocasião dos Jogos Olímpicos Rio 2016
2017	Visita do ministro da Defesa, Raul Jungmann, à Jordânia e encontro com o rei Abdullah II
2018	Visita à Jordânia do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes
2018	Visita à Jordânia do ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, general Sergio Westphalen Etchegoyen
2022	Visita à Jordânia do ministro da Agricultura, Marcos Montes

ACORDOS ENTRE BRASIL E JORDÂNIA

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data Celebração	Status da Tramitação
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia.	Jordânia	Cooperação Técnica	04/03/2018	Em Ratificação
Emenda, por troca de notas, ao Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hashemita da Jordânia	Jordânia	Comércio	19/10/1998	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	Jordânia	Vistos e Imigração	17/03/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino Hachemita da Jordânia	Jordânia	Consultas Diplomáticas	23/10/2008	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia sobre o Reconhecimento de Certificados Relativos à Regra I/10 da Convenção Internacional sobre Padrões de Formação, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos, 1978, como Emendada por Ambas as Partes	Jordânia	Transporte Fluvial e Marítimo	23/10/2008	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia sobre Cooperação Técnica em Agricultura	Jordânia	Agricultura	23/10/2008	Em Vigor

Acordo de Cooperação Econômica e Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia	Jordânia	Comércio - Cooperação Econômica	23/10/2008	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia	Jordânia	Cooperação Artístico-cultural	23/10/2008	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia na Área da Educação	Jordânia	Cooperação Artístico-cultural - Cooperação Educacional e Esportiva	23/10/2008	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia para Cooperação no Campo do Turismo	Jordânia	Turismo, Feira e Exposições	23/10/2008	Em Vigor
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia	Jordânia	Cooperação Científica e Tecnológica	23/10/2008	Em promulgação/MRE
Acordo sobre Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia	Jordânia	Direito Penal	23/10/2008	Em Vigor
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hashemita da Jordânia	Jordânia	Comércio	15/06/1989	Em Vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia	Jordânia	Transporte Aéreo	05/11/1975	Em Vigor
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia.	Jordânia	Comércio	10/08/1936	Expirado